



Dispensas e Inexigibilidades

Documento Número:
AG-9505

Versão nº
1.0

Data Vigência
03/2023

Próxima Revisão
08/2023

Página 1 de 4

ANEXO V
LISTA DE VERIFICAÇÃO

SC ____/____

OBJETO:

CUSTO ESTIMADO:

QUADRO 01 – GENERALIDADES

Artigos 74 e 75 (*exceto incisos I a III*)

Nº	ITEM	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1	O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação , fora instruído nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, constando:			
1.1	Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência , projeto básico ou projeto executivo. (art.72, inciso I)			
1.2	A razão da escolha do contratado . (art.72, inciso VI)			
1.3	Autorização da autoridade competente para a contratação? (art.72, inciso VIII)			
1.4	Justificativa de preço . (art.72, inciso VII)			

Caso a **justificativa de preço** não possa ser obtida por outro meio, devido à exclusividade da exploração do objeto, poderá ser realizada mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças com o mesmo objeto ou similar, **no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração**. (art.23, § 4º)



Dispensas e Inexigibilidades

Documento Número:
AG-9505

Versão nº
1.0

Data Vigência
03/2023

Próxima Revisão
08/2023

Página 2 de 4

QUADRO 02 – DISPENSAS

Nº	ITEM	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1	<p>Consta demonstração inequívoca de incidência nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da <u>data de ocorrência da emergência ou da calamidade</u>, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste dispositivo?</p> <p><i>Considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.</i></p> <p>(art. 75, inciso VIII e §6º)</p>			
2	<p>No caso de utilização de outro dispositivo constante no art. 75 da NLLC, fora demonstrado de forma inequívoca a vinculação do caso concreto com o permissivo legal? (Relacionar a hipótese legal).</p>			



QUADRO 03 – INEXIGIBILIDADES

Nº	ITEM	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1	No caso de inexigibilidades fora demonstrado de forma inequívoca a vinculação do caso concreto com o permissivo constante no art. 74 da NLLC? (Relacionar a hipótese legal).			
2	No caso de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, consta demonstração da inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica? (art.74, §1º)			



QUADRO 04 – LOCAÇÃO DE IMÓVEIS POR INEXIGIBILIDADE

Nº	ITEM	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
1	Nas hipóteses de aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, foram atendidos os seguintes requisitos? (art. 74, inciso V e § 5º)			
1.1	avaliação prévia do preço de mercado da aquisição ou locação , mediante laudo lavrado por agente ou órgão competente.			
1.2	avaliação do seu estado de conservação, dos custos de adaptações, quando imprescindíveis às necessidades de utilização, e do prazo de amortização dos investimentos;			
1.3	certificação de inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam o objeto;			
1.4	justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela?			

*Os itens colecionados nos quadros acima foram examinados, e considerados conformes, estando os autos aptos para prosseguimento dos trâmites.

*Foram identificadas a necessidade de saneamento dos itens nºs _____, pelos motivos: _____.

Sorocaba, __ de _____ de ____.

Nome e assinatura do responsável pelo controle interno setorial